

## **IMPrensa, POLÍTICA, CRÍTICA: DIVERGÊNCIAS EM TORNO DO NEOLIBERALISMO NOS ANOS 1990 e 2000**

*Rodolfo Fiorucci<sup>1</sup>*

**RESUMO:** Este artigo traz alguns apontamentos acerca dos embates ideológicos levados a cabo entre imprensa, política e intelectualidade, nos anos 1990 e 2000. Nesse sentido, cabe mostrar como a posição da grande mídia em favor do neoliberalismo não significou postura monolítica nos meios de discussão (seja na imprensa ou na academia), o que suscitou reações de diversos setores quanto às políticas neoliberais adotadas pelos governos Collor e FHC. Para tanto, trabalhos de intelectuais acadêmicos e jornalistas são usados a fim de apontar essa contracorrente que se colocou nas fileiras de oposição ao regime político-ideológico que preponderou na virada do século XX, no Brasil e no mundo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa. Política. Neoliberalismo.

**ABSTRACT:** The goal here is to make some notes about the ideological clashes conducted between media, politics and intelligentsia in the years 1990 and 2000. In this sense, it shows how the position of the mainstream media in favor of neo-liberalism has meant widespread attitude in the media discussion, which elicited responses from various sectors about the neoliberal policies adopted by the Collor and FHC governments. Furthermore, academic intellectuals and journalists are used to point out that this counter is placed in the ranks of opposition to the regime political ideology that prevailed at the turn of the twentieth century in Brazil and worldwide.

**KEY-WORDS:** Press. Politics. Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Professor de História do Instituto Federal do Paraná (IFPR/Jacarezinho); Mestre pela UNESP/Assis e Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT).

As relações entre imprensa e política não são recentes. Na verdade, é algo quase inevitável, dada a essência do trabalho jornalístico. O que cabe discutir é a maneira como tais relações se concretizam, ciente de que as tendências de estilos jornalísticos têm significativas consequências em todas as instâncias sociais. No Brasil, Ilka Cohen deixa claro o uso do jornalismo, desde seu início, como objeto de luta política, o que evidencia a importância de realizar pesquisas que atentem para tais situações.<sup>2</sup>

Com relação a uma História do Tempo Presente, é interessante observar as modificações encontradas nesse segmento nos anos 1990 e início do século XXI. Consequência direta de processos anteriores, as características assumidas pela mídia nacional, no geral, refletiam as transformações mais amplas que o Brasil e o mundo apresentavam nos campos da economia, política, cultura e sociedade no contexto em questão.

Fortes e significativas mudanças que remontavam a meados da década de 1980 concretizavam-se nos anos 1990. Diretamente ligadas ao processo de abertura política iniciada por Geisel, essas transformações marcariam a maior participação do Brasil no plano internacional, o que denotaria a adoção de práticas visivelmente neoliberais pelos governos posteriores ao fim da ditadura – com exceção de Sarney. Isso se aplica com maior força aos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, este concretizando os trabalhos do primeiro ao inserir, de fato, o país no processo que se convencionou chamar de globalização.

A marca indelével desse período era o discurso favorável ao neoliberalismo, à abertura do mercado, à flexibilização política e econômica, à diminuição do Estado e à globalização, palavras de ordem tanto no Brasil quanto no âmbito internacional. Na verdade, a década de 1990 marcou a entrada do modelo neoliberal em várias nações latino-americanas, com destaque para México, Argentina e Brasil, que foram afetadas pela economia globalizada em diferentes momentos. Por se tratar de uma corrente ideológica

---

<sup>2</sup> COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 104.

que se sobrepôs ao socialismo – que estava em baixa e sofrendo ataques dos mais variados grupos intelectuais –, o neoliberalismo surgiu como opção às formas tradicionais de governo, já que entrou em prática em grande parte do mundo no final do século XX. Substituiu tanto governos de esquerda como regimes autoritários predominantes na América Latina após 1950. Contudo, não tardaram as reações do campo intelectual da esquerda contra esse modelo. Tomando o Brasil como referência, pode-se elencar considerável bibliografia que tratou do assunto de maneira crítica e às vezes radical, escritas no calor do momento. Não pouparam ataques contundentes, fossem direcionados ao neoliberalismo e à globalização, ou ao próprio governo FHC. Essa intelectualidade caminhou na contramão da grande imprensa que, de forma geral,<sup>3</sup> apoiou a economia neoliberal. Desde o primeiro momento apareceram obras que alertavam para os perigos da abertura econômica ou que pediam, no mínimo, responsabilidade e criação de regras para a adoção das práticas neoliberais.

Por outro lado, Fiori cobrou a intelectualidade quanto a posicionamentos mais críticos, alegando que houve consenso opinativo nos círculos tradicionalmente voltados para os embates ideológicos, como o político, a imprensa, o empresarial e o acadêmico. Em livro composto por coletânea de artigos, em que tratou desde ética e política (retomando Weber) até história econômica do Brasil, atacou o que ele nomeou de “novíssima dependência”, sem poupar investidas violentas contra o então presidente Fernando Henrique Cardoso.<sup>4</sup> Embora tenha razão quanto ao consenso, não se pode levar às últimas consequências tal assertiva, visto que, como se verá adiante, surgiram lugares de críticas específicos, levados a cabo por intelectuais que atuaram contra a corrente.

---

<sup>3</sup> Salvo casos específicos, como colunas assinadas e de opinião em grandes jornais, nos quais os autores têm certa autonomia discursiva, como é o caso de Ricardo Antunes, citado neste trabalho. Contudo, esses espaços de debates não substituem a linha editorial dos grandes meios de comunicação que, em aspectos gerais, tendeu a ser obsequioso com as políticas neoliberais.

<sup>4</sup> Ver FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight. 1995.

O sociólogo Ricardo Antunes, por exemplo, publicou livro em que reuniu artigos escritos para vários jornais e revistas entre a década de 1990 e junho de 2004.<sup>5</sup> O livro torna-se importante pelo fato de manter os escritos nos originais, sem qualquer modificação, o que possibilita discernir a postura do sociólogo no calor dos acontecimentos. Assim, nota-se que desde Collor o autor já se manifestava contra o neoliberalismo, principalmente no que concernia à questão do *trabalho*, objeto de muitos de seus estudos. Ainda em julho de 1990, na *Gazeta Mercantil*, alertava:

O “sindicalismo de resultados”, este, sim, viverá seu primeiro momento de crise: não colherá resultados e verá aumentar o descontentamento em suas bases. Ficará entre a adesão ao projeto neoliberal do Governo Collor e a espontaneidade tensa das bases. Os segmentos mais desorganizados, que conferem base social a Collor, colherão as agruras oriundas de recessão, arrocho, desemprego etc.<sup>6</sup>

E, dois anos mais tarde, no jornal *Folha de S. Paulo*, concluía a respeito do governo Collor e o modelo econômico adotado:

Não é demasiado lembrar que a modernização neoliberal para o Terceiro Mundo penaliza de maneira muito mais brutal e nefasta o mundo do trabalho. Despossuído, dilapidado, desqualificado, o ser social não consegue nem mesmo viver do seu trabalho. Converte-se, em largas faixas, numa classe sem trabalho, que vive da miséria da economia informal. Aqueles que permanecem no mercado de trabalho formal vivenciam níveis de subtração salarial, de superexploração do trabalho que tornam sua cotidianidade marcada pela escassez e pela redução crescente da satisfação de suas necessidades. Qualitativamente distinta do descontentamento de setores do capital, a rebeldia do mundo do trabalho encontra-

---

<sup>5</sup> ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

<sup>6</sup> Id., 2004, p. 11.

se, entretanto, moldada por uma ação ultradefensiva, que se deve também à incapacidade e paralisia dos seus organismos de representação sindicais e políticos, que não sabem por onde caminhar.<sup>7</sup>

Esse é apenas um exemplo das reações que essa política originou. Muitos foram os intelectuais que se colocaram contra os rumos que o Brasil adotava, entre os principais, Milton Santos. Um dos temas mais discutidos por esse autor foi a globalização e suas consequências no plano social. Num livro organizado em conjunto com Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira, problematizou a questão do território na era global. No texto de abertura, afirmou:

Quando se fala em mundo está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa **globalização perversa** é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado [...] Devemos ter isso em mente, ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que nos libere da **maldição da globalização perversa** que estamos vivendo e nos aproxime da possibilidade de construir uma nova globalização, capaz de restaurar o homem na sua dignidade.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 17-18.

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 18-19. Destaques meus.

Seriam muitos os exemplos a citar, nas mais diversas áreas do conhecimento. Mesmo sob o risco de não elencar todos os autores, não se pode deixar de mencionar Renato Ortiz, Wilson Cano, Octavio Ianni, Paul Singer, Gilberto Dupas, Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Nelson Coutinho, Aloysio Biondi, Ladislau Dowbor e os próprios Ricardo Antunes e José L. Fiori, na crítica a esse modelo que se espalhou pelo mundo no final do século XX. Ainda que cada qual tenha seu posicionamento específico com relação ao tema, todos se alinharam mais claramente à esquerda,<sup>9</sup> quando não militaram em partidos, sempre se colocando de forma crítica ao tratamento dos novos modelos políticos e econômicos. Alguns até mesmo elevaram o tom, como se vê no caso dos termos usados contra a ordem que se adotava no país: “maldição da globalização”, “globalização perversa” ou “desertificação neoliberal”. Essa corrente de intelectuais influenciou alguns jornalistas que se lançaram em empreendimentos não muito condizentes com a tendência da imprensa nos anos 1990. Isto é, alguns jornais e revistas foram lançados na contracorrente da informação veiculada na imprensa-empresa, entre os principais, pode-se citar *Carta Capital*, *Caros Amigos*, *Jornal Pessoal*, *Brasil de Fato*, *Fórum*, *Bundas*. Trata-se, portanto, de entender que esses periódicos surgiram com referências no meio intelectual e acadêmico.

A oposição ao neoliberalismo e à globalização econômica remonta ao momento mesmo de sua origem, ou seja, a queda do muro de Berlim e o desmembramento da União Soviética, quando se chegou a falar do “fim da história”.<sup>10</sup> Apesar do visível

---

<sup>9</sup> Entende-se “esquerda” nesse texto como posicionamento contrário às políticas neoliberais, com mais sensibilidade às questões sociais.

<sup>10</sup> Ver FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. O autor desenvolveu uma linha de abordagem da História, desde Platão até Nietzsche, passando por Kant e pelo próprio Hegel, a fim de revigorar a teoria de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade. Na sua ótica, após a destruição do fascismo e do socialismo, a humanidade, à época, teria atingido o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal ocidental sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes.

abatimento dos teóricos da esquerda em âmbito mundial, posto que os maiores símbolos do socialismo desapareceram num curto período de tempo, não tardou a reação aos escritos apressados que professavam a morte do socialismo e a vitória permanente do capitalismo. Esse foi um movimento mundial, porém, aqui, interessa traçar uma rápida linha que demarque os debates sobre a entrada do Brasil na economia globalizada.

Já é certo que esse percurso se iniciou com Collor, marcado pelas primeiras medidas que se coadunavam com o pensamento neoliberal. Entre os motes utilizados em sua campanha, o que mais marcou foi o do “caçador de marajás”, o que significava que o Estado diminuiria o funcionalismo público, numa clara atitude neoliberal, já que uma das recomendações desse modelo é a retração do Estado e a terceirização de vários setores antes de responsabilidade do serviço público. Além disso, iniciou-se um forte ataque às ideologias de esquerda, classificando-as como datadas e ultrapassadas, algo que não combinaria com o novo mundo que se abria. A imprensa adotou esse discurso e não hesitou em dar pleno apoio a Collor na campanha presidencial de 1989, ainda que houvesse exceções, chegando até mesmo a veicular denúncias de ordem pessoal contra o candidato da oposição, Lula. Segundo Tarcísio Costa, a política tornou-se um palco, no qual Collor encenava seu dinamismo e juventude, símbolo da mudança e da renovação em relação à ditadura e a Sarney, associando governo e força física. Lula foi convertido em mau governante numa clara mistura entre vida pública e privada, já que foi acusado de irresponsável no campo conjugal por ter um filho fora do casamento. Assim, a mídia direcionou seu apoio ao candidato que chamou a esquerda de “jurássica”: Fernando Collor.<sup>11</sup>

---

Em oposição à proposta capitalista liberal, restavam apenas os vestígios de nacionalismos (sem possibilidade de significarem um projeto para a humanidade) e o fundamentalismo islâmico (restrito ao Oriente e a países periféricos). Desse modo, diante da derrocada do socialismo, o autor concluiu que a democracia liberal ocidental firmou-se como a solução final do governo humano, significando, nesse sentido, o “fim da história” da humanidade.

<sup>11</sup> COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, p. 260.

Numa reação às práticas do presidente, Ricardo Antunes chamou o governo Collor de bonapartista, por certo sabendo que o termo se aplicava a uma situação determinada espacial e historicamente. No entanto, adotou o termo por ver características marcantes desse tipo de regime no governo de Collor, que, sob o argumento da manutenção da ordem, não respeitou o parlamento e fez da população massa de manobra. Cooptava o apoio popular com suas alusões aos descamisados e aos pés-descalços, o que culminou no discurso da posse, no qual afirmou que daria a própria vida em defesa dos pobres.<sup>12</sup> Collor foi a figura capaz de derrotar um possível governo de esquerda, que se configurava em Lula. A imprensa embarcou com o governo na defesa de medidas modernizantes, que transformariam a política, a economia e a sociedade brasileiras. Sem levar em conta os alertas de muitos intelectuais sobre os riscos do neoliberalismo, a mídia nacional contribuiu para as iniciativas presidenciais, que abriram o mercado brasileiro à economia internacional. Além disso, por algum tempo, ignorou a grande corrupção do governo Collor.

Trata-se de notar que o grande incentivo dos veículos de comunicação a Collor se explica, em grande medida, pela maneira como foram distribuídas as concessões de canais de TV e rádio na década de 1980. Nas palavras de Leandro Fortes, o governo Sarney marcou o domínio da mediocridade na atividade política, baseada no controle da mídia por grupos reacionários e conservadores, com o ministro Antonio Carlos Magalhães à testa da distribuição, que consagrou o domínio familiar e regional dos meios de comunicação. Fortes afirmou, ainda, que em um país onde os noticiários são dominados por esquemas de manipulação e censura, renovar politicamente “significa trocar seis por meia dúzia, ou por menos ainda”. Não foi à toa, pois, que Collor teve amplo apoio da mídia brasileira, já que era representante legítimo da aristocracia que predomina no Norte e Nordeste do país.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> ANTUNES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 8

<sup>13</sup> FORTES, Leandro. Política interna. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 64-66.

Grande parte dos veículos de imprensa era – e em muitos casos ainda é – dominada por famílias dessas regiões no Brasil, como os Sarney (Maranhão), os Maciel e os Coelho (Pernambuco), os Alves (Rio Grande do Norte), os Franco (Sergipe), os Magalhães (Bahia) e os Collor de Melo (Alagoas), o que facilitou a vitória de Collor. Porém, esse traço não se restringe a essas regiões nacionais. É, na verdade, uma característica de todos os rincões brasileiros, já que há o monopólio da informação com os Campos (Mato Grosso do Sul), os Siqueira Campos (Goiás), os Andrada (Minas Gerais) e os Konder Reis e os Bornhaussen (Santa Catarina).<sup>14</sup> Isso sem mencionar São Paulo, cuja imprensa encontra-se dominada pelos Frias, Civita e os Mesquita, e o Rio de Janeiro, onde os Marinho e os Nascimento Brito controlam os grandes meios de comunicação.

Já que a imprensa no Brasil era (é) marcada por domínios de grupos reduzidos, viu-se que sua vontade foi a que prevaleceu nas eleições presidenciais de 1989. Contudo, logo a situação mudaria, já que os interesses desses monopólios midiáticos foram afetados pelas medidas tomadas por Collor. Mesmo se tratando de grupos com interesses diferentes – transitando entre volições aristocráticas e empresariais –, o fato é que tanto um como outro foram afetados pelos problemas econômicos que as práticas neoliberais causaram nas finanças internas. Na avaliação de Cano, pode-se dizer que, no caso da agricultura, o projeto do governo que estabeleceu cortes nos subsídios trouxe graves dificuldades na safra de 1990-91, o que prontamente levou à reação dos grandes proprietários de terra no país.<sup>15</sup> No que concerne ao empresariado, Ricardo Antunes à época já concluía que o governo havia pecado na aplicação do neoliberalismo, tanto que se tornou comum ouvir a frase “o remédio está correto, mas se deve acertar a dose”. O autor percebeu que a abertura da economia ao capital estrangeiro prejudicou as indústrias nacionais e asseverou:

---

<sup>14</sup> AMARAL, Roberto. A construção conservadora. In: . *FHC: os paulistas no poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995, p. 60.

<sup>15</sup> CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995, p. 56-61.

Passada a euforia inicial que aglutinou os setores da ordem, percebe-se que a implementação do Projeto Collor, além de brutalmente nefasto para as classes trabalhadoras, tem tido como consequência a destruição e o sucateamento de parcelas do capital industrial privado. Uma fatia do empresariado vê-se na iminência da extinção, incapaz que é, por razões estruturais, de se igualar ao seu parceiro avançado. Teme, com razão, que a abertura para a tecnologia forânea leve à sua eliminação. Muitos setores vinculados ao grande capital começam a perceber que a aventura eleitoral trouxe consequências catastróficas... O sucateamento do nosso parque produtivo ainda atinge, de maneira aguda, o pequeno e médio capital e destrói o capital produtivo estatal. Suas consequências são, portanto, arrasadoras.<sup>16</sup>

Esse texto, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 25 de junho de 1992, embora tomado isoladamente, demonstra que a imprensa começava a abrir espaço para artigos críticos ao governo. Na verdade, os interesses do capital nacional ligavam-se, em muitos aspectos, aos da imprensa, o que fez com que se avolumassem os ataques a Collor nos meios de comunicação. Esses problemas do setor produtivo brasileiro alinhavam-se à recessão econômica, causada pela incapacidade de se conter a inflação, e aos escândalos de corrupção, que se multiplicavam; o que afetou a credibilidade brasileira no estrangeiro e culminou com o afastamento do presidente. Para a imprensa, a falta de confiança externa significava a retirada de possíveis anunciantes estrangeiros, o que comprometia suas finanças. Trata-se de observar que o Projeto Collor prejudicou as elites regionais brasileiras, assim como criou um cenário adverso no exterior, batendo de frente com interesses da economia e da imprensa em geral. Assim, logo se concluiu o processo que tirou Collor do cargo e o executivo federal passou às mãos do vice, Itamar Franco, que, em contradição com seu histórico político, de forte tendência nacionalista, continuou a executar o projeto de modernização do

---

<sup>16</sup> ANTUNES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 17.

país sob forte pressão do grande capital nacional.<sup>17</sup> Isto porque a saída encontrada para a melhoria das indústrias e da agricultura nacionais era o investimento em tecnologia, o que foi possível mediante grande afluxo de capital estrangeiro que entrava com as primeiras privatizações de estatais.

O quadro político herdado por Itamar era bastante favorável, já que muitos segmentos se uniram para derrubar Collor. Do campo da direita – com o PFL<sup>18</sup> – ao centro-esquerda – com o PDT e o PT –, observou-se grande boa vontade com o novo presidente. No entanto, logo a cena mudaria, já que Itamar teve que se amoldar à ambiguidade característica de seu governo, que sustentava discurso social e aplicava elevada soma de capital nos grandes setores produtivos. As privatizações também continuaram e uma das mais criticadas foi a da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A imprensa, principal responsável pela ascensão e queda de Collor, naquele momento, colocou-se com mais cuidado na cena política, já que havia dado ampla base para o candidato que marcou uma das fases de maior corrupção no Brasil. Na tentativa de manter o posto do quarto poder, algo que há pouco se iniciava com o fim do regime autoritário e que ficou claro no processo de impedimento de Collor, a mídia resolveu agir com precaução. Por outro lado, mantinha-se firme no estímulo à modernização e à aplicação de novas práticas políticas e econômicas.

---

<sup>17</sup> Poderia-se indagar sobre essa pressão a respeito de Itamar, posto que a abertura teria causado um desastre no setor produtivo, como disse Antunes. Porém, há de se matizar essa afirmação. Alguns setores produtivos foram afetados, enquanto outros tiveram um aumento de produção. De acordo com Barros, Mendonça, Foguel e Cruz, os setores que sofreram queda foram o farmacêutico, de materiais elétricos, materiais plásticos, mecânico, metalurgia, mobiliário, químico, têxtil e vestuário e calçados. Já os que obtiveram aumento foram os de bebidas, borracha, fumo, material de transportes, papel e celulose, perfumaria e alimentício. Ver BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; FOGUEL, Miguel; CRUZ, Luiz Eduardo. O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In. *XXIV Encontro Nacional de Economia*. Campinas, 2006, p. 540.

<sup>18</sup> O Partido da Frente Liberal (PFL), a partir de março de 2007, mudou o nome da legenda para Democratas (DEM).

O maior problema do governo Itamar era a inflação que, desde o final da ditadura, não era contida. Nos governos Sarney e Collor ela tinha se mantido alta, corroendo a renda e prejudicando o nível de vida da maioria da população. Apenas com o Plano Real essa inflação encontraria limites. O ministro da Fazenda à época, Fernando Henrique Cardoso, com o apoio do governo, lançou as bases do Plano ainda em 1994, que entraria em vigor com o nome de Unidade Real de Valor (URV) e, em 1º de julho de 1994, converteu-se numa nova moeda, o real. Sustentada pela valorização cambial, a nova moeda estabilizou a economia apoiada na abertura do mercado. A inflação, que até aquele momento corroía os bolsos da população,<sup>19</sup> manteve a média de 2% pós-julho de 1994, o que causou euforia e crédito financiado pela enxurrada de dólares que entrava no mercado interno, graças às altas taxas de juros aplicadas para atrair o capital internacional.<sup>20</sup> A contenção da inflação tornou-se o principal cabo eleitoral de FHC, que se desligou do ministério para candidatar-se à presidência.

Findo o mandato de Itamar, uma espécie de transição entre os dois governos notadamente neoliberais, assumiu FHC, ancorado na queda da inflação e no Plano Real. Mesmo com a visível melhoria da condição de vida da população, o ataque ao governo neoliberal não cessou. Os intelectuais de esquerda continuaram a criticar esse modelo político, apesar de estudos que defendiam a eficiência das privatizações ocorridas entre 1991-1994.<sup>21</sup> O alvo das críticas ao governo, que contava com o pleno apoio da grande maioria da população, era a questão social. Muitas acusações remetiam ao programa de flexibilização dos direitos trabalhistas, propostos por FHC, fato que Cano fez questão de lembrar ao afirmar que uma das metas do presidente era demitir 251.500 funcionários públicos, além de abolir conquistas históricas

---

<sup>19</sup> Em 1989 a inflação atingiu a soma de 990% no ano.

<sup>20</sup> CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 238-239.

<sup>21</sup> PINHEIRO, Armando Castelar. No que deu, afinal, a privatização? In. *XXIV Encontro Nacional de Economia*. Campinas, 1996, p. 156-174.

garantidas pela Constituição de 1988.<sup>22</sup> Num texto esclarecedor, Marcio Pochmann apontou que entre 1989 e 2003 – período dos governos assumidamente neoliberais no Brasil –, o salário mínimo perdeu 50,9% do poder de compra, o que se torna um ponto negativo dos resultados dessa política.<sup>23</sup>

Ainda em 1995, com a deflagração da greve dos petroleiros, os atos do presidente não passaram impunes pelos críticos. Se Collor chamou os esquerdistas de “jurássicos”, FHC nomeou os grevistas de “neobobos”. Aliás, essa greve foi um dos grandes problemas enfrentados pelo presidente no seu primeiro mandato, que contou com aprovação popular expressa na sua reeleição para um segundo governo. Carlos Nelson Coutinho afirmou que “é uma perversa ilusão esperar que a lógica do mercado resolva esses problemas, tanto no Brasil como internacionalmente. Isto, aliás, demonstra a falácia do neoliberalismo, cuja ideologia e prática levam necessariamente à exclusão”.<sup>24</sup> Segundo Cano, essa postura não era novidade, afinal, FHC teria se unido com o que havia de mais conservador no espectro político nacional, como o PFL, o PPB e líderes da comunicação, o que resultou em sua vitória, ancorada nessa elite. Ainda em suas palavras, “tanto na campanha quanto no exercício do mandato, FHC teve maciço apoio da mídia, onde predominou o aplauso (e a omissão), e onde a crítica tornou-se rara”.<sup>25</sup>

É verdade que a imprensa foi conivente com o governo, não publicando grandes críticas às atitudes do presidente. Se com Collor ficou visível a atuação e empenho de parte da mídia em derrubá-lo, revelando ao público as mazelas do governo e até mesmo denúncias ainda não comprovadas, no caso de FHC muitos problemas foram ignorados. Com relação a Collor, por exemplo, Alberto Dines classificou de insana a atuação da imprensa:

---

<sup>22</sup> CANO, Wilson. *Op. Cit.*, p. 251.

<sup>23</sup> POCHMANN, Marcio. Trabalho e renda. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 42.

<sup>24</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 138.

<sup>25</sup> CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 230-231.

O que a *Veja* fez com Pedro Collor foi uma loucura! Pegar o irmão do presidente e publicar acusações, sem investigar! E se fosse mentira dele? Eles iam publicar na seção de cartas: “Erramos”. Por sorte, e azar do Collor, o Pedro Collor tinha razão. Mas podia não ter. E muitas outras coisas. Eu, na ocasião, vinha pegando as coberturas e dizendo: “Meu Deus! Isso não está investigado, isso é puro editorial! É opinativo, não é uma investigação”. Antes de a CPI estar constituída, eu estava aqui no Brasil. A CPI foi constituída numa segunda-feira, ou terça, e no fim de semana a *Folha* já estava lançando as páginas do *Collorgate*. Quer dizer, já era um prejulgamento. E se a CPI não apurasse nada? Mas a *Folha* já estava para derrubar o Collor.<sup>26</sup>

Esse tipo de postura acusatória não se repetiu no mandato de FHC.<sup>27</sup> Em muitos casos, predominou a omissão. Um episódio a destacar foi a conversa do ministro Rubens Ricupero com o jornalista Carlos Monforte, em 1994, antes de uma entrevista que seria gravada. De acordo com Arbex Jr., Ricupero não esperava que sua voz fosse captada por antenas parabólicas e afirmou ao jornalista que o Plano Real era eleitoreiro, pois o que era bom se divulgava e o que era prejudicial, escondia-se. Ainda nas palavras de Arbex Jr., o ministro afirmou que a Globo tinha sorte de poder usá-lo para apoiar Fernando Henrique indiretamente e assumiu que não tinha escrúpulos.<sup>28</sup> André Garcia também dirigiu duras críticas a FHC, ao referir-se à época de campanha. Em sua avaliação, desde 1994, Fernando Henrique incorporava a figura de um “garoto-propaganda”, que anunciava as riquezas do Brasil:

---

<sup>26</sup> Em entrevista. Ver ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 148.

<sup>27</sup> Mas se repetiu anos depois no escândalo do “Mensalão”, em que a grande mídia nacional mais uma vez se valeu de todos os subterfúgios para macular o governo petista. Ainda que seja inegável a existência da corrupção, tanto que foram condenados os partícipes em julgamento recente, a imprensa abandonou todos os limites éticos e foi à “caça”, veiculando toda e qualquer informação contra o governo, sem tomar cuidado para aferi-las antes.

<sup>28</sup> ARBEX JR., José. *Sournalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001, p. 83.

O papel de FHC, além de articulador político para aprovação do Real e seus elementos de suporte, reformas e das privatizações, fora, desde seus tempos de ministro, de um competente garoto-propaganda das oportunidades de investimento no Brasil. Em suas viagens ao exterior, nunca esquecia de lembrar aos investidores estrangeiros como o Brasil se tornaria uma “mina de ouro”, com empresas a preços baratos para o padrão internacional, além de estatais com grande potencial de crescimento prontas para serem vendidas nos leilões de privatizações, também a preços módicos.<sup>29</sup>

Num estudo sobre o posicionamento da *Veja* frente ao primeiro mandato de FHC, Vanderlei Souza Carvalho destacou o peso da revista na formação da opinião pública nacional, já que era lida, em 1998, por cerca de 4,5 milhões de pessoas semanalmente. Valendo-se do conceito de hegemonia proposto por Gramsci, no qual a classe dirigente assegura o poder logrando o consentimento coletivo, o autor afirmou que o semanário atuou como disseminador de uma concepção de mundo, defendendo as diretrizes neoliberais do programa de governo do presidente. Carvalho constatou que *Veja* se colocou contra o sistema público, sempre destacando sua ineficácia, com duros ataques à universidade pública, saúde, previdência social e os benefícios históricos dos trabalhadores. Ademais, apoiou as atitudes de FHC na reação à greve dos petroleiros em 1995 e defendeu a desindexação dos salários. Como consequência final dessa postura, a publicação iniciou uma sequência de artigos que atribuíam às privatizações a possibilidade de modernização do país.<sup>30</sup> Em sua edição número 1.556, de 22 de julho de 1998, a revista fez um balanço sobre as privatizações e concluiu que não foram prejudiciais ao setor produtivo nacional:

---

<sup>29</sup> GARCIA, André de Oliveira. *Aspectos políticos, econômicos e ideológicos da reforma econômica da década de 90 (1990-2000): uma revisão do processo de desnacionalização*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 190. (dissertação de mestrado).

<sup>30</sup> CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista *Veja* no primeiro governo FHC*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 38-85. (dissertação de mestrado).

Quando as privatizações começaram, em 1991, muitos duvidaram de que seguiriam adiante, tamanha era a pressão política para que as estatais permanecessem nas mãos do governo. Agora, sete anos depois, já dá para fazer um balanço do que aconteceu. O parque siderúrgico brasileiro não é mais estatal – e não foi demolido e jogado no mar como diziam os que eram contra sua venda. A Companhia Vale do Rio Doce já não pertence ao Estado e nenhum interesse estratégico do país foi atingido. O lucro da Vale melhorou. A concessão da telefonia celular a empresas privadas já está colocando celulares baratos numa praça ávida para comprá-los. Nesse tempo, o governo federal e os governos estaduais colheram cerca de 60 bilhões de dólares, parte em dinheiro vivo, parte em dívidas transferidas para os compradores das empresas, ou concessionários de serviços públicos.<sup>31</sup>

No entanto, esta era apenas uma visão entre outras possíveis. Para justificar a privatização de empresas estatais, a revista tomou como referência um ponto específico, o setor siderúrgico, e não ampliou o campo de análise. Ainda na concepção de Carvalho, o semanário valeu-se do seu posto de grande meio de comunicação para fazer propaganda em prol de um sistema que lhe agradava e, para tanto, baseou-se em números e estatísticas que davam um tom de isenção e cientificidade às afirmações.<sup>32</sup> Contudo, outras pesquisas revelaram que a questão não era tão simples. Câmara, por exemplo, demonstrou que os lucros provenientes das privatizações não eram muito favoráveis, pois:

No período que compreende o início do governo FHC até dezembro de 1998, se somados todos os “incentivos” do governo federal e de seus Estados aliados, verifica-se que as dívidas pagas pelo governo para as estatais antes da venda, os investimentos feitos para

---

<sup>31</sup> CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 102.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 102.

modernizar as empresas, os prejuízos subsidiados pelo governo e outros “benefícios” totalizam 87,6 bilhões de reais; enquanto o que o governo arrecadou, incluindo as dívidas transferidas aos novos donos, resulta em um montante de 85,2 bilhões de reais. Assim, o bom negócio tão propalado pela mídia e pelo governo não passou de um presente do Estado ao grande capital.<sup>33</sup>

Por não levar em consideração outros pontos de vista e publicar a visão de mundo que mais interessava naquele momento, *Veja* funcionou como instrumento político-ideológico em dois sentidos, segundo Vanderlei Carvalho:

Como meio de comunicação numa sociedade capitalista, *Veja* é aqui tratada a partir de uma dupla caracterização: empresa de comunicação e meio de informação. Como empresa de comunicação, a revista operou como reflexo dos interesses e apreensões do meio social ao qual estava vinculada, ou seja, representou interesses da classe dominante, sem desconsiderar os interesses e a visão de mundo de seus leitores. Como meio de informação participou da formulação do consenso em torno do projeto político em pauta no país, o que vale dizer que tomou partido nas disputas políticas em curso, perfilhando-se ao projeto neoliberal.<sup>34</sup>

Aloysio Biondi seguiu a mesma interpretação, pois afirmou que os meios de comunicação foram um poderoso aliado às medidas do governo, numa massiva campanha de desmoralização das estatais e na repetição de um discurso que apresentava o Estado como incapaz de investir.<sup>35</sup> Como se percebeu no exemplo de *Veja*, a imprensa sustentou a ideia de que as privatizações

---

<sup>33</sup> CÂMARA, Marcelo Barbosa. *Caros Amigos: esfera pública, política e jornalismo independente (1997-2002)*. São Paulo: PUC, 2002, p. 17-18. (dissertação de mestrado)

<sup>34</sup> CARVALHO, Vanderlei. *Op. Cit.*, p. 143.

<sup>35</sup> BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 14.

não prejudicaram o setor produtivo nacional, o que em parte é verdade, isto porque muitas pesquisas do XXIV Encontro Nacional de Economia (ANPEC), de 1996, atestaram que o primeiro período das vendas de estatais não prejudicou a economia interna, pelo contrário, em alguns aspectos melhorou. No entanto, esses estudos tomaram como referência apenas a questão econômica, e desprezaram outras problemáticas relevantes, como o reflexo de tais vendas no campo social. Assim, nesse mesmo encontro, Marcio Pochmann chamou a atenção para o aumento do desemprego causado pela modernização:

A dimensão estrutural do desemprego no Brasil estaria associada também ao abandono do projeto de industrialização, à crise dos anos oitenta e ao processo abrupto de abertura comercial e de reestruturação empresarial em curso nos anos noventa. O crescimento das ocupações por conta própria, de assalariados sem carteira e das taxas de desemprego, constatado através de séries estatísticas produzidas por pesquisas sistemáticas do DIEESE e Fundação SEADE, em parceria com outras instituições de pesquisas e análises estaduais, revela o perfil e a dimensão do desemprego, recolocando constantemente a necessidade de implementação de um conjunto de medidas voltadas para a geração de emprego e renda no Brasil.<sup>36</sup>

O fato é que mesmo com todas as críticas direcionadas ao neoliberalismo e ao governo FHC, provenientes de setores da esquerda nacional, partidários ou não, a melhoria da condição de vida da população, especificamente no que se relacionava à baixa inflação, era inegável – apesar do desemprego. Essa manutenção dos preços, que há mais de uma década não se estabilizava, garantiu ao presidente altos índices de aprovação, tanto que seria reeleito para um segundo mandato em 1998. A partir dessa data, porém, as consequências dessa política apareceram com

---

<sup>36</sup> POCHMANN, Márcio. O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo. In: *XXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC*, Vol. 2, Águas de Lindóia-SP, 1996, p. 526.

maior ênfase. Antes do término do primeiro governo de FHC, os ataques não surtiam efeito, já que o principal drama da população estava controlado: a inflação. Contudo, com a crise que atingiu a economia brasileira a partir de 1998 e com as medidas do governo para contê-la, surgiram reações mais contundentes dos opositores. Muitos intelectuais de esquerda engajaram-se para provar que o modelo econômico adotado no Brasil desde o início da década de 1990 era ineficaz e seus efeitos começavam a se fazer sentir.

À época, Ricardo Antunes desnudava a posição da imprensa diante da campanha que levaria ao segundo mandato. Apesar dos sinais de crise econômica e das possíveis consequências estruturais para o Brasil, os grandes meios de comunicação mantiveram o apoio ao modelo neoliberal, sem análises mais profundas. De acordo com Antunes, as peças políticas movimentavam-se para a reeleição, com grande apoio da imprensa:

Forjou-se, então, um leque de forças da ordem, começando pela extrema direita malufiana, pela condução firme de ACM (afinal, no governo FHC o pêndulo sempre fica deste lado), chegando até os *mercadores dos ibopes*. Com a mídia monopólica *global*, em sua *hora oficial do Brasil*, mostrando a importância de preservar as aves e outros pássaros nas Ilhas Molucas, onde habita a espécie dos molucanos... Tudo muito *politicamente correto* se o país não estivesse se atolando na crise global *em pleno processo eleitoral*. Da nossa crise pouco ou nada se falava. Era preciso primeiro vencer, no primeiro turno, sem discutir e debater.<sup>37</sup>

Iniciado o segundo mandato, alguns estudos sustentaram um tom bastante crítico contra o governo, com destaque para Paul Singer e Aloysio Biondi. O primeiro fez uma análise ampla das consequências da política neoliberal no Brasil, enquanto o segundo ateu-se à questão das privatizações. Singer concluiu

---

<sup>37</sup> ANTUNES, Ricardo. *Op. Cit.*, p. 39.

que a crise que atingiu o país em 1998 era inevitável diante do afluxo gigante de capitais que entrou na economia nacional. Essa reserva de dólares fez com que o real se valorizasse e, como consequência, o poder de compra brasileiro elevou-se, o que propiciou um aumento de importações entre 1993 e 1998, que passaram de 25,3 para 60 bilhões, montante não acompanhado pelas exportações.<sup>38</sup> Frente ao déficit crescente, logo no início do segundo mandato, FHC recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e obteve empréstimo de 41 bilhões de dólares, sob a condição de realizar um ajuste fiscal que previa a queda do déficit público e de gastos sociais. Nas palavras de Singer, com o fim do *boom* do capital externo,

Começou então a degradingolada. Cai a demanda interna, empresas e consumidores tornam-se inadimplentes, bancos começam a quebrar e têm de ser salvos pelo Banco Central; as empresas menores e mais frágeis quebram, deixando milhares sem trabalho e renda; empresas maiores se fragilizam, encerram parte de suas atividades ou são vendidas a multinacionais; num caso ou noutro milhares de empregados são demitidos. A demanda cai ainda mais, intensificando a recessão e seus efeitos.<sup>39</sup>

Biondi, totalmente contrário ao processo de privatizações, publicou um pequeno livro que destacou todos os problemas e jogadas do governo para desmoralizar as estatais e privatizá-las, segundo seu próprio termo, “a preço de bananas”. Ao longo das breves quarenta e oito páginas, o jornalista contestou as principais vendas de empresas públicas, especialmente as ligadas ao sistema de telefonia, energia elétrica, extração mineral e bancário. O autor afirmou que em vez de melhorias, diminuição das dívidas – interna e externa – e regulação financeira, as privatizações apenas pioraram a economia e sociedade brasileiras, já que não

---

<sup>38</sup> SINGER, Paul. *O Brasil na crise: perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-71.

<sup>39</sup> Id., p. 119.

resolveram as questões financeiras e, ainda, pioraram a qualidade do emprego. Ancorado em estatísticas e tabelas, demonstrou o que classificou como “o desmonte do Estado”, além de criticar de forma incisiva o governo FHC. Iniciou seu texto de forma irônica: “aproveite a política de privatizações do governo brasileiro. Confira nas páginas seguintes os grandes negócios que foram feitos com as privatizações – “negócios da China” para os “compradores”, mas péssimos para o Brasil”.<sup>40</sup> Da mesma maneira, concluiu sobre a abertura das reservas de petróleo brasileiras a empresas privadas, o que chamou de “golpe final”:

O governo abriu licitações para a exploração de petróleo em várias áreas do país. As empresas interessadas devem fazer um “lance”, uma proposta inicial. Qual foi o lance? Quantos milhões? Quantos bilhões? Ora, por quem sois. As empresas ofereceram de 50 mil a 150 mil reais pelo petróleo que o governo FHC está leiloando. O Brasil vai se vender por 50 mil reais.<sup>41</sup>

Carlos Nelson Coutinho, por sua vez, afirmou que o destino do Brasil estava hipotecado e que não seria mais do que uma perversa ilusão esperar que a lógica do mercado resolvesse nossos problemas, no Brasil ou internacionalmente. Coutinho completou: “isto, aliás, demonstra a falácia do neoliberalismo, cuja ideologia e prática levam necessariamente à exclusão”.<sup>42</sup> Trata-se, pois, de notar que foi se construindo um discurso de esquerda no Brasil, capaz de sustentar o surgimento de uma imprensa crítica e interessar o público leitor – o que será demonstrado mais à frente. Vale lembrar que, com a crise de 1998, o desemprego atingiu um dos índices mais altos da história, fato que não passou despercebido por Singer, que desferiu duro ataque a FHC:

---

<sup>40</sup> BIONDI, Aloysio. *Op. Cit.*, p. 5.

<sup>41</sup> *Id.*, p. 35.

<sup>42</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. *Op. Cit.*, p. 124 e 138.

O equívoco poderia ser desculpado se o presidente fosse um político profissional, obrigado a confiar em sua equipe econômica. Mas, o presidente é um intelectual brilhante, que não precisa confiar em seus auxiliares. Por isso, a aposta perdida [o neoliberalismo] só pode ser atribuída a FHC, pessoalmente.<sup>43</sup>

Pode-se afirmar a existência de uma produção acadêmica que não se acomodava à ideia do fim da história e sustentava o discurso socialista e/ou de esquerda. No entanto, tal discurso era constantemente sufocado pela grande imprensa, que insistia em veicular apenas as benesses da globalização e do neoliberalismo. Desenhava-se uma via de mão dupla: de um lado, o discurso da esquerda, que se valia de alguns intelectuais universitários ligados a essa ideologia e de pequenos veículos de imprensa que surgiam; de outro, os grandes meios de comunicação, que, com seu potencial de formação da opinião pública, mostravam as vantagens obtidas pela população com a abertura econômica e privatizações, ou simplesmente não comentavam os assuntos polêmicos e os problemas resultantes do modelo econômico, como alertou Ricardo Antunes. Esse domínio da grande imprensa sobre a opinião pública foi facilitado pelo desenvolvimento tecnológico, acentuado nos anos 1990, que contribuiu para a ampliação das formas de comunicação. Nesse processo, as TVs ficaram cada vez mais acessíveis à grande massa populacional e o jornalismo eletrônico transfigurou-se no grande orientador do pensamento nacional, com destaque para o *Jornal Nacional*, da Rede Globo.

Além disso, ocorreu uma revolução na diagramação dos jornais e revistas, que se tornaram mais atraentes e coloridos, o que contribuiu para o aumento do número de leitores. Essas modificações nos impressos eram necessárias para acompanhar os novos recursos multimídias dos computadores, que uniram imagem, movimento, cor e som. Os resultados foram satisfatórios, pois, mesmo com todas as previsões pessimistas quanto à manutenção dos impressos, o gênero mantém-se ainda hoje e,

---

<sup>43</sup> SINGER, Paul. *Op. Cit.*, p. 79.

em alguns casos, aumenta suas vendas. Dentre os obstáculos que os jornais e revistas enfrentaram, além da TV, destaca-se a internet, que entrou no Brasil em 1995. No entanto, aqui, a venda dos periódicos impressos cresceu 11,8% em 2007, percentual que superou em muito a média mundial, de 2,6%.<sup>44</sup> De fato, os departamentos de marketing das grandes empresas de comunicação souberam fazer bom uso da internet. Como observou Alzira Alves de Abreu, todos os grandes jornais diários contam com um site na rede, o que se tornou fonte de credibilidade. Ademais, a internet transformou-se num meio importante de divulgação, pois, na maioria das vezes, não se tem acesso a todo conteúdo, a não ser que o leitor se torne assinante do serviço on-line ou do jornal impresso.<sup>45</sup>

O novo jornalismo, ancorado nos recursos tecnológicos atuais, assemelha-se às indústrias, com produção em série de informações. A tiragem aumentou assim como a pressão sobre o jornalista, que trabalha em tempo cada vez mais acelerado. Os profissionais passaram a escrever várias matérias ao mesmo tempo, além de cuidar da diagramação, escolher as fotos e auxiliar na produção do periódico, uma vez que o número de pessoas na redação diminuiu. A lógica do mercado influiu – e ainda influi – cada vez mais no fazer jornalístico, aumentando a concorrência e transformando a informação em notícia, ou, segundo Marcondes Filho, em produto.<sup>46</sup> Nesse sentido, Abreu concluiu:

---

<sup>44</sup> LUCENA, Eleonora de. O futuro dos jornais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 8 jun. 2008, p. 4, *Caderno Mais!*.

<sup>45</sup> ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 55-57.

<sup>46</sup> Informação não é notícia, não é produto. Diz ele: “Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto, é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém que o jornal pretende destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente. O jornal, então, cria, a partir da matéria-prima *informação*, a mercadoria *notícia*, expondo-a à venda (por meio da manchete) de forma atraente. Sem esses artifícios, a mercadoria não vende, seu valor de troca não se realiza”. Ver MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986, p. 25.

No novo jornalismo, submetido à pressão da concorrência – que afinal resume todos os outros tipos de pressão –, os jornalistas também são submetidos a regras mais explícitas, destinadas a aumentar a eficiência do processo coletivo de trabalho. Seria esse, e não mais o “talento individual”, o grande triunfo do jornalismo moderno.<sup>47</sup>

O jornalista de hoje tem que ser um profissional pragmático, em oposição ao passado, quando a profissão era mais engajada, quando intelectuais tinham mais participação, defendiam suas ideias e desejavam influir nos rumos políticos e sociais da nação. Ao longo dos séculos XIX e XX, o jornalismo, a imprensa e os intelectuais eram muito próximos, como atestam os casos de Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Lima Barreto, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e outros, que marcaram época em diferentes periódicos. Nesse sentido, vale citar mais uma vez Abreu:

Os jornalistas que até bem pouco tempo atrás podiam ser considerados os porta-vozes da opinião pública, hoje estão cada vez mais distantes desse papel, que é desempenhado pelas pesquisas de mercado. São elas que, através da consulta permanente ao público, revelam o que ele pensa, quais os seus gostos e preferências. São essas informações que orientam a posição da mídia e dos políticos.<sup>48</sup>

Muito do que se publica atualmente na imprensa deve-se a esse cenário, que objetiva muito mais o lucro do que a responsabilidade pública. Na disputa pelo leitor, não raras vezes os periódicos lançam a cada semana um novo escândalo associado a personalidades da vida pública – da política, do meio artístico, empresarial ou esportivo –, com revelações sobre questões que envolvem justiça, vida pessoal e política. Programas de jornalismo abrem mão de veicular informações

---

<sup>47</sup> ABREU, Alzira Alves de. *Op. Cit.*, p. 37.

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 33.

melhor embasadas para distribuir avalanches de informações desconexas, quando não abusam do sensacionalismo e da exposição da violência, na maioria das vezes oferecendo leitura rasa da realidade nacional e criminalizando sem aprofundamento as pessoas que cometem delitos, como se o crime e a violência fossem consequências de ordem pessoal e não social. É aí que as análises sobre economia, política e cultura perdem espaço para questões de outra ordem, com o predomínio da banalização da informação. Portanto, pode-se afirmar que, nos anos 1990, havia um nicho de mercado para periódicos alternativos, lançados com o intuito de se contrapor à grande imprensa e ao capitalismo. Se as empresas de comunicação e a elite nacional coadunavam-se ao neoliberalismo, existia uma lacuna na imprensa brasileira, com espaço para outra visão de mundo. Vale lembrar que, num outro contexto, os chamados jornais nanicos também contestaram a ordem ditatorial vigente.

Entretanto, com a crise do regime militar, a grande imprensa retomou seu fôlego. A censura abrandou a partir do governo Geisel, ainda que tal liberdade não tenha se estendido a todos os periódicos. Nos primeiros anos da década de 1980, as bancas de jornais e revistas que insistiam em vender as edições dos jornais alternativos sofreram atentados, o que levou suas vendas a cair em 50%, inviabilizando sua sobrevivência.<sup>49</sup> Tal fato alerta para a complexidade do período em que se travou dura batalha entre liberalização e endurecimento do regime. Mesmo jornais de sucesso, como o *Pasquim*, que chegou a ter tiragem de 200 mil, não aguentaram a pressão, o que abriu o caminho para a expansão da grande imprensa.

Segundo Otávio Frias Filho, o visível desenvolvimento e o ganho de autonomia das grandes empresas de comunicação levou-as, no início do século XXI, a não depender mais da publicidade oficial (governamental) que, no geral, julgou irrisória, se comparada aos anúncios de grandes empresas privadas. Afirmou, ainda, que a imprensa continua a ser a mais importante

---

<sup>49</sup> BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: UNB, 1991, p. 99-100.

formadora de opinião pública, além de assumir que a *Folha de S. Paulo* apoiou a ideologia liberal.<sup>50</sup> A julgar pelas palavras de Frias Filho, entende-se que o alinhamento de sua empresa com o governo FHC deu-se por compartilharem de mesma ideologia e visão de mundo, isto é, uma opção de classe e autônoma. Contudo, a questão é mais complicada e exige precaução, já que as relações das empresas de comunicação com o poder político não se resumem apenas à publicidade, trilhando caminhos muitas vezes obscurecidos para o público em geral, o que prejudica o pleno esclarecimento dessas imbricações. Se, por um lado, o proprietário da *Folha de S. Paulo* tende a minimizar as relações do governo com a imprensa, por outro, Mino Carta demonstra que a problemática leva a discussões mais amplas, oferecendo outras interpretações do quadro. Para o jornalista, assumidamente de esquerda,<sup>51</sup> a grande imprensa mantém estreitas relações com o poder:

Minha visão da imprensa brasileira, infelizmente, é essa: a imprensa no Brasil serve ao poder, porque é parte fundamental do poder. E os profissionais, normalmente, servem aos seus patrões. Eu me vejo como um marginal. Até 1975 trabalhei em grandes empresas, onde fiz um trabalho dedicado, digamos assim, e certamente leal, mas desde 76 sou um profissional que tem de inventar o seu emprego, porque eu não tenho emprego naquilo que se costuma chamar, não sei bem por quê, de grande imprensa. Imprensa muito ruim, se comparada aos parâmetros elevados da imprensa mundial. Provinciana, jactanciosa, que imprime em cores, quando grandes jornais do mundo são em preto-e-branco.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> Depoimento de Otávio Frias Filho. Ver ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 374-375 e 383. Indagado se seu jornal seria neoliberal, Frias Filho respondeu: "Os jornais brasileiros em geral, e de outros lugares do mundo, *grosso modo*, são jornais do tipo liberal. E acho que a *Folha* se enquadra nessa categoria".

<sup>51</sup> Em entrevista revela que não só ele, mas sua revista, a *Carta Capital*, é de esquerda. Ver *Caros Amigos*, nº 105, p. 37-38, dez. 2005.

<sup>52</sup> Depoimento de Mino Carta. Ver ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Org.). *Op. Cit.*, p. 184.

Se bem observadas, não se tratam de opiniões diversas. Enquanto Otávio Frias Filho infere que a grande imprensa já não depende das verbas oficiais – o que não quer dizer que não tenha relações com o poder –, Mino Carta atesta que no Brasil o jornalismo e a política misturam-se – o que não significa que isso ocorra por dependência financeira. Tratam-se, então, de diferentes vertentes de uma mesma observação, na qual cada um destacou a parte que mais lhe interessava. Na verdade, o que ambos disseram parece correto. É fato que as empresas jornalísticas libertaram-se da influência econômica do Estado em função da abertura comercial brasileira, uma vez que as empresas transnacionais investem maciçamente em publicidade. O resultado disso é que 80% da renda do jornalismo vêm de anúncios. Por um lado, isso deu maior campo de ação para os jornais frente ao governo, mas, por outro, deixou os periódicos dependentes do capital privado. Por isso é raro ver uma denúncia contundente contra anunciantes reais ou potenciais e, quando ocorre, é feito por meio de linguagem técnica, sem análises pormenorizadas ou juízos de valor, de acordo com as características do novo jornalismo – que se quer antes de tudo pragmático.

Tal objetividade mudou o padrão da imprensa brasileira, que é marcada pelos manuais de redação, que impõem regras de produção do texto aos jornalistas, com forte tendência à homogeneização. Aliás, uma das características atuais marcantes é a padronização da notícia, seja em noticiários eletrônicos ou periódicos impressos. O que sai publicado em um jornal também aparece em quase todos os meios de comunicação. Não é novidade o fato de a imprensa controlar o que vai virar notícia e o que não vai. Os fatos são hierarquizados e decide-se o que o público deve saber, como o próprio Evandro Carlos de Andrade – chefe de jornalismo da Rede Globo por muitos anos – assumiu: “a notícia o que é? É você transformar um fato qualquer em objeto de divulgação. Se não foi objeto de divulgação, a notícia não existiu. O fato existiu, mas a notícia não”.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Id., p. 63.

Muito dessa nova face da imprensa está ligada à crescente concorrência. Os assuntos que se tornam polêmicos não podem ser desprezados pelas publicações, sob o risco de perder leitores. Isto é, o mercado impõe regras que devem ser seguidas pelas empresas para que se mantenham saudáveis financeiramente e, dentro dessas regras, está o tipo de texto adotado pelo novo jornalismo, marcado pela impessoalidade, tom seco, descritivo e rigoroso, no qual se evitam opiniões, estas reservadas às colunas assinadas. A tática usada para atrair o leitor não é mais a postura ideológica e política, os discursos apaixonados. Agora reinam os recursos imagéticos (cores, fotos, papel, diagramação), investe-se no visual e aposta-se na divisão dos assuntos em cadernos, receita para satisfazer públicos diversos. No caso das revistas, as de interesses gerais tendem a desaparecer, já que os jornais cumprem esse papel, o que dá espaço à segmentação do gênero por assuntos e possíveis leitores.<sup>54</sup> No entanto, seja no jornal ou revista, nos meios eletrônicos ou impressos, o fato é que a discussão profunda desapareceu da maioria e os debates públicos perderam importância. Surgiu o que Pereira Filho chamou de “pílula-informativa”, notícias rápidas que satisfazem a ânsia imediata por informação, mas não contribuem para o esclarecimento do leitor. São textos curtos e descontextualizados que disputam espaço com os anúncios publicitários, responsáveis pela dispersão do público.<sup>55</sup> Noutros termos, a ideologia está convenientemente oculta e se trata de atuar como qualquer empresa capitalista, que vende seus produtos no mercado. Como resume Marcondes Filho, há uma patologia de princípios na imprensa brasileira.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> Ver MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2003.

<sup>55</sup> Ver PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa alternativa no Brasil: um outro jornalismo é possível*. São Paulo: ECA-USP, 2002. (dissertação de mestrado)

<sup>56</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994, p. 108.

Quanto à padronização, é óbvio que nem todos os jornalistas comungam com o ideário da empresa na qual trabalham e, por vezes, tentam exercer a profissão de maneira mais crítica, com maior ou menor sucesso. Há uma luta diária nas redações e não se pode negar que alguns adaptam suas matérias e delas se valem como capital de troca para agradar editores que, por sua vez, colocam em prática a política dos proprietários.<sup>57</sup> De acordo com Marcondes Filho, por exemplo,

O mundo que o jornalismo recria é, portanto, um outro mundo, com outros fatos e outra atribuição de importância, que já não tem muito a ver com a realidade. É um mundo forçado, cristalização ideológica da realidade que seus produtores almejam e situam como ótima.<sup>58</sup>

Manuel Carlos Chaparro, por seu turno, concluiu:

O escamoteio ou distorção de informações; as pautas motivadas por interesses particulares não revelados; a irresponsabilidade com que se difundem falsas informações ao público; a acomodação dos repórteres a um jornalismo de relatos superficiais; os textos confusos e imprecisos; a facilidade com que a imprensa acolhe, sem apurar, denúncias que favorecem ou prejudicam alguém; a freqüente prevalência dos objetivos do marketing sobre as razões jornalísticas; o desprezo pelo direito de resposta; a arrogância com que se protege o erro e se faz a apropriação anti-social do direito à informação (direito do leitor) – são claros sintomas de um desequilíbrio de identidade do jornalismo, enquanto função social.<sup>59</sup>

Enquanto isso, Perseu Abramo valeu-se de uma metáfora para caracterizar a imprensa hodierna:

---

<sup>57</sup> DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 76-77.

<sup>58</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>59</sup> CHAPARRO, Manuel Carlos. *Op. Cit.*, p. 108.

A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real.<sup>60</sup>

Tais reflexões também foram feitas por Nelson Werneck Sodré:

A farsa que, no desenvolvimento do processo, torna cada vez mais claro o sentido daquilo que, no Brasil atual, se pretende conhecer e aceitar como democracia, coloca como escândalo não apenas o conceito de democracia como o de realidade nacional, sempre escondida nos grandes jornais e revistas, na imprensa que, pouco a pouco, aparece com os seus traços definidores inconfundíveis de alavancas suportando a alienação e buscando convencer os leitores de que o quadro apresentado, nessa unanimidade torpe de opiniões, resulta de uma fatalidade, a que todos devem se curvar. Na verdade, a imprensa oligopolizada e veiculada à estrutura social e política vigente definiu a sua alienação e perdeu qualquer traço do que é nacional aqui. A alienação é o seu retrato.<sup>61</sup>

Observa-se, pois, que há uma corrente de estudos, desenvolvida especialmente nos anos 1990, vinculada a uma visão mais crítica da realidade nacional, especificamente no que concerne à atuação da grande imprensa e ao neoliberalismo e globalização. Os resultados provenientes dessas pesquisas estabeleceram uma opção diferenciada quanto ao cenário atual, seja no âmbito brasileiro ou internacional, o que sustentou a ideologia de esquerda como o fulcro dos novos periódicos

---

<sup>60</sup> ABRAMO, Perseu. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>61</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. XVIII.

alternativos.<sup>62</sup> Na verdade, foi uma tendência mundial do final da década, já que vários movimentos contrários à globalização se espalharam por todos os continentes. Como exemplos, podem-se citar os de Seattle, Genebra e os Fóruns Sociais Mundiais. As consequências das políticas neoliberais adotadas em muitos países foram o estopim das manifestações, já que o número de marginalizados cresceu vertiginosamente durante os anos 1990, além de se verificar o crescimento da desigualdade no âmbito social e entre os diferentes países. Em perspectiva internacional, os ataques ao neoliberalismo não vieram apenas da intelectualidade brasileira, como atesta a breve descrição de Bourdieu sobre:

Tudo o que se descreve sob o nome ao mesmo tempo descritivo e normativo de “globalização” é efeito não de uma fatalidade econômica, mas de uma política consciente e deliberada, mas o mais das vezes inconsciente de suas consequências. Totalmente paradoxal, uma vez que se trata de uma *política de despolitização*, essa política que bebe desavergonhadamente no léxico da liberdade, do liberalismo, da liberalização, da desregulamentação visa conferir predomínio fatal aos determinismos econômicos, *liberando-os* de todo controle, e submeter os governos e os cidadãos às forças econômicas e sociais assim “liberadas”.<sup>63</sup>

Hobsbawm vai além e afirma que, caso não se mude as condutas políticas e econômicas impostas pelo capitalismo, o futuro da humanidade corre riscos, como demonstram as últimas palavras de seu livro que tratou de todo o século XX:

---

<sup>62</sup> Sobre essa nova geração ver FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. *Diálogos*, v. 15, n° 2, p. 455-481, mai-ago./2011. Nesta obra o autor estabelece as fronteiras que delimitam o que seria uma publicação alternativa hoje. Toda a referência, aqui, aos novos periódicos deste segmento se ancora nas proposições de tal e estudo.

<sup>63</sup> BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 60 – grifos originais.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso [...] é a escuridão.<sup>64</sup>

Trata-se claramente de um olhar preocupado e pessimista com os resultados do capitalismo no final do século passado que é, por sua vez, defendido por muitos produtores e consumidores de informações. Francis Fukuyama, que estabeleceu o fim da história e o domínio do capitalismo, encontrou adversários diversos. No Brasil não foi diferente, a esquerda, naquele momento, assumiu o posto de guardião dos interesses sociais em detrimento do capital e manteve um discurso crítico ao neoliberalismo. Com a crise do capitalismo, que se instalou no fim do século passado e início do XXI, essa intelectualidade organizou vários periódicos, que surgiram para contestar o sistema e a política nacional. Nesse quadro, abriu-se novamente uma trincheira para um jornalismo combativo, atuando contra a uniformidade midiática. A batalha com a grande imprensa e com o mercado é algo desgastante, mas para os que se lançaram a essa empreitada e conseguiram se fixar, coube um papel de resistência ao marasmo propugnado pela cultura do consenso.

São a estes que Nelson Werneck Sodré felicitou por se configurarem em espaço de guarida para os setores menos favorecidos da sociedade. Num pós-escrito, que abriu a quarta edição de seu livro *História da imprensa no Brasil*, incentivou o esforço de pequenos jornais e revistas que surgiram nos últimos anos tentando frear a inércia jornalística do Brasil contemporâneo, que trouxeram com mais clareza e justeza a paisagem social e política do país, tentando quebrar, ou, no mínimo, amenizar o problema dos oligopólios. Ainda na concepção de Sodré, a grande imprensa perdeu a credibilidade e não merece confiança, pois

---

<sup>64</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995, p. 563.

modula um coro repetitivo de louvação ao neoliberalismo, o que marca sua posição contrária aos desejos da população e ao seu papel de quarto poder.<sup>65</sup>

Entraram em cena, então, o que se poderia classificar de *novos alternativos*,<sup>66</sup> diferentes dos periódicos das décadas 1960-1970, mas com uma característica parecida: a de ser a voz dissonante na inalterabilidade jornalística. Embora seja crucial a investigação desse jornalismo, não cabe aqui realizar esse trabalho que, por sinal, já vem sendo feito por diversos pesquisadores em programas de mestrados e doutorados país afora. Cabe, por fim, destacar que o embate em torno do neoliberalismo no Brasil foi recorrente – mesmo que a grande mídia não tenha divulgado –, como atestam as obras supracitadas e o aparecimento de publicações alternativas, revelando questões de suma importância para a sociedade em geral e oferecendo subsídios para discussões mais profundas acerca da continuidade de tal política, nos termos atuais, em território nacional.

## **Bibliografia**

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AMARAL, Roberto. A construção conservadora. In: \_\_\_\_\_. *FHC: os paulistas no poder*. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1995.

---

<sup>65</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Op. Cit.*, p. XVII-XVIII.

<sup>66</sup> FIORUCCI, Rodolfo. *A revista Caros Amigos (1997-2006): nova imprensa alternativa, política, publicidade*. Assis, SP: UNESP, 2009. (dissertação de mestrado)

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

ARBEX JR., José. *Sowrnalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; FOGUEL, Miguel; CRUZ, Luiz Eduardo. O impacto da abertura comercial sobre o mercado de trabalho brasileiro. In. *XXIV Encontro Nacional de Economia*. Campinas, 2006.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília: UNB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CÂMARA, Marcelo Barbosa. *Caros Amigos: esfera pública, política e jornalismo independente (1997-2002)*. São Paulo: PUC, 2002 (dissertação de mestrado).

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des) ordem internacional*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Fapesp, 1995.

\_\_\_\_\_. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2000.

CARVALHO, Vanderlei Souza. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC*. Campinas: Unicamp, 2004, 169 fls. (dissertação de mestrado).

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In. MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 103-130.

COSTA, Tarcísio. Os anos noventa: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre a democracia e o socialismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FIORUCCI, Rodolfo. A nova geração do jornalismo crítico: mídia alternativa. *Diálogos*, v. 15, n° 2, p. 455-481, mai-ago./2011.

\_\_\_\_\_. *A revista Caros Amigos (1997-2006): nova imprensa alternativa, política, publicidade*. Assis, SP: UNESP, 2009. (dissertação de mestrado)

FORTES, Leandro. Política interna. In. PINSKY, Jaime (org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, André de Oliveira. *Aspectos políticos, econômicos e ideológicos da reforma econômica da década de 90 (1990-2000): uma revisão do processo de desnacionalização*. Campinas: Unicamp, 2004, 239 fls. (dissertação de mestrado).

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

LUCENA, Eleonora de. O futuro dos jornais. *Folha de S. Paulo*, 8 jun. 2008, p. 4 (Caderno *Mais!*).

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1986.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX*. São Paulo: Olho d'Água/Fapesp, 2003.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. *Caros Amigos (1997-2001) e o resgate da imprensa alternativa no Brasil – um outro jornalismo é possível*. São Paulo: ECA-USP, 2002. (dissertação de mestrado).

PINHEIRO, Armando Castelar. No que deu, afinal, a privatização? In. *XXIV Encontro Nacional de Economia*. Campinas, 1996, p. 156-174.

POCHMANN, Marcio. Trabalho e renda. In. PINSKY, Jaime (org.). *O Brasil no contexto: 1987-2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo. In. *XXIV Encontro Nacional de Economia da ANPEC*, vol. 2, p. 517-533, Águas de Lindóia-SP, 1996.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1998.

SINGER, Paul. *O Brasil na crise: perigos e oportunidades*. São Paulo: Contexto, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.